



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Agenda enxuta traz dados de inflação no Brasil. Nos EUA, indicadores de atividade devem trazer primeiros efeitos das tarifas

- Em semana encurtada pelo feriado de Tiradentes, a agenda de indicadores nacionais é concentrada na prévia da inflação (IPCA-15) de abril, que deve seguir trazendo números elevados.** O índice será divulgado pelo IBGE na sexta-feira (25) e deve registrar um aumento de 0,43% no mês, novamente pressionado pelos preços dos alimentos consumidos no domicílio, com altas em ovos, café e itens *in natura*, além de trazer os primeiros impactos do reajuste anual dos medicamentos, em média de 3,83%, que passaram a vigorar desde o início do mês. Em 12 meses, o indicador deve seguir acelerando, de 5,26% para 5,50%, patamar bastante desconfortável e o maior desde o início de 2023. O ponto de atenção estará no comportamento dos núcleos de inflação, que têm se deteriorado desde o fim de 2024, sinalizando que as pressões inflacionárias refletem desequilíbrios macroeconômicos. Neste sentido, este que será o último dado oficial de inflação até a próxima reunião do Copom (dias 6 e 7 de maio), provavelmente deve ter peso relevante para a próxima decisão da autoridade monetária.
- A FGV divulga ao longo da semana alguns indicadores de confiança referentes ao mês de abril, que trarão os primeiros efeitos do agravamento da guerra comercial mundial sobre a economia doméstica.** Serão conhecidos os índices do consumidor na quinta (24) e do setor de construção na sexta (25). Os indicadores mostraram uma piora significativa neste início de ano, refletindo o desconforto com a inflação e os juros elevados, além da escassez de mão de obra (no caso da construção). Além dos problemas domésticos, o dado de abril também deve captar a forte piora do cenário global desde então e ser mais um vetor negativo para o desempenho da economia em 2025.
- No cenário internacional, as atenções seguem voltadas para as idas e vindas de Donald Trump com relação às tarifas comerciais.** O avanço de eventuais negociações, que aparentemente estão adiantadas com o Japão, bem como declarações de Trump, como do governo chinês (principal alvo dos EUA), devem seguir dominando a atenção dos agentes, fato que tem mantido os mercados bastante voláteis. Além disso, os agentes também devem monitorar a crescente pressão de Trump sobre o presidente do Fed, Jerome Powell, para reduzir os juros no país.
- A agenda de indicadores internacionais também estará enxuta, com destaque para as prévias de abril dos índices PMIs dos EUA e da Europa.** Os números serão divulgados na quarta (23) e devem captar o pessimismo que tem sido a tônica dos mercados, diante da preocupação com o “tarifaço” de Trump e seus impactos sobre a elevação dos preços e a desaceleração da economia. Especialmente nos EUA, será importante avaliar também as aberturas do indicador e o sentimento dos empresários, em meio à guerra comercial. No país, também serão divulgados outros dados que irão captar as expectativas dos empresários e dos consumidores. Na quarta (23), o Fed divulga o Livro Bege, que reúne percepções da saúde da economia no país, enquanto na sexta (25), a Universidade de Michigan divulga o número final da confiança do consumidor de abril, que caso confirme a prévia, deve atingir o menor nível em praticamente 3 anos (desde junho de 2022).



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
24/abr	Reunião do CMN	-	-	-
24-25/abr	FGV: Sondagens de Confiança – Consumidor e Construção	Abr/25	-	-
25/abr	IBGE: IPCA-15	Abr/25	0,43% m/m 5,50% a/a	0,64% m/m 5,26% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
22/abr	Zona do Euro	Confiança do consumidor	Abr/25 – prévia	-15,1 pts	-14,5 pts
23/abr	Zona do Euro	PMI Manufatura e Serviços	Abr/25 – prévia	47,4 pts / 50,5 pts	48,6 pts / 51,0 pts
23/abr	EUA	PMI Manufatura e Serviços	Abr/25 – prévia	49,0 pts / 52,8 pts	50,2 pts / 54,4 pts
23/abr	EUA	Fed: Livro Bege	-	-	-
23/abr	EUA	Vendas de casas novas	Mar/25	1,3% m/m	1,8% m/m
24/abr	EUA	Pedidos de bens duráveis	Mar/25	2,0% m/m	0,9% m/m
24/abr	EUA	Vendas de casas existentes	Mar/25	-3,1% m/m	4,2% m/m
25/abr	EUA	Confiança do consumidor (Univ. Michigan)	Abr/25 – final	50,8 pts	57,0 pts

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

Monitor do PIB mostra atividade com menos ímpeto do que IBC-Br neste início de ano

O Monitor do PIB, calculado pela FGV, ficou estável em fevereiro, trazendo um quadro de menor dinamismo do que o reportado pelo índice IBC-Br, calculado pelo Banco Central, que apontou alta de 0,44% no mês. O resultado do Monitor deixou um carregamento estatístico positivo de 0,3% para o 1º trimestre de 2025, indicando que a atividade deve seguir crescendo no período, mas também abaixo do sugerido pelo índice do BCB (+0,8%).

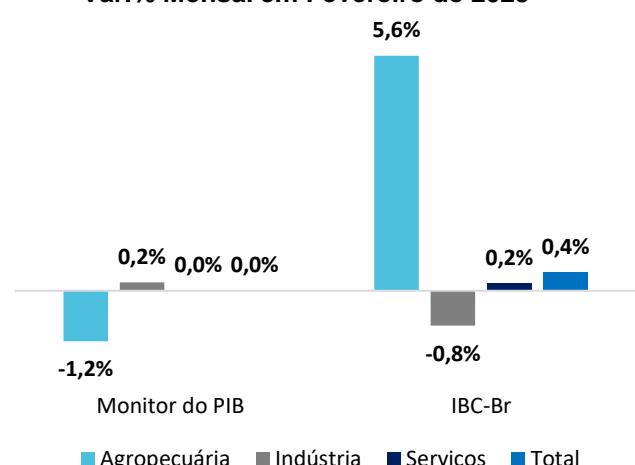
Pela ótica da demanda, o indicador captou alta de 2,0% da formação bruta de capital fixo (FBCF) no mês, embora mantendo a tendência de perda de fôlego (na variação trimestre-móvel) observada desde o 4º tri de 2024. O avanço foi anulado pela queda do consumo das famílias no mês (-1,0%), que também vem apresentando desaceleração desde o fim de 2024, afetada pelo cenário de inflação e juros elevados. Pelo lado da oferta, a agropecuária surpreendeu ao recuar 1,2%, aparentemente ainda sem capturar os impulsos da safra recorde esperada para o ano, enquanto a indústria avançou 0,2% e o setor de serviços ficou estável.

Portanto, a grande diferença entre o resultado do Monitor da FGV e o número positivo trazido pelo índice IBC-Br para o mês veio do setor agropecuário (+5,58%, segundo o IBC-Br). Dada a ausência de dados mensais do setor, é natural que haja alguma volatilidade nos indicadores que buscam captar seu desempenho. Assim, é possível que os números de março apresentem um panorama semelhante para o 1º trimestre, embora com uma composição diferente ao longo dos meses. De toda forma, é importante notar que ambos os indicadores apontam para uma desaceleração nos demais setores, o que implica que o desempenho do PIB no trimestre dependerá da força do setor agropecuário no período.

Em relação à inflação, o IGP-10 caiu 0,22% em abril, com novos sinais de descompressão dos preços no atacado (IPA). O IPA caiu 0,47% no mês, a 2ª queda seguida, refletindo a deflação dos itens industriais (-1,14%), como o minério de ferro (-3,79%), cujo preço vem sendo impactado pelas incertezas relacionadas à guerra comercial. Também houve recuo de importantes *commodities*, como carne bovina (-2,28%) e café em grãos (-2,71%). Assim, a tendência é que a inflação ao consumidor comece a mostrar alguma moderação nas próximas leituras, ainda que em nível elevado. A despeito da deflação no mês, o IGP-10 acelerou de 8,59% para 8,71% no acumulado em 12 meses.

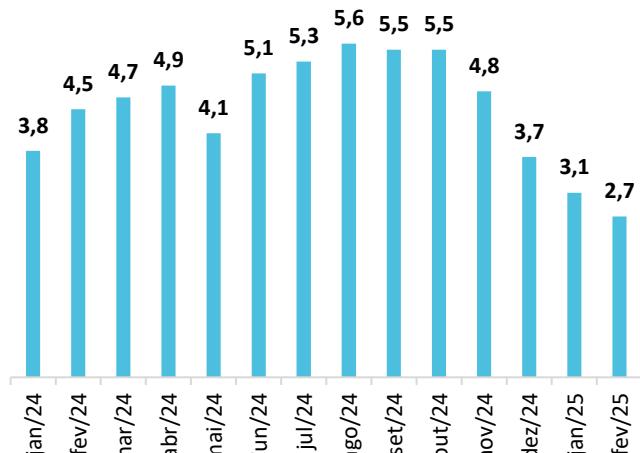
INDICADORES ECONÔMICOS

Quadro 1: Monitor do PIB vs Índice IBC-Br
Var.% Mensal em Fevereiro de 2025



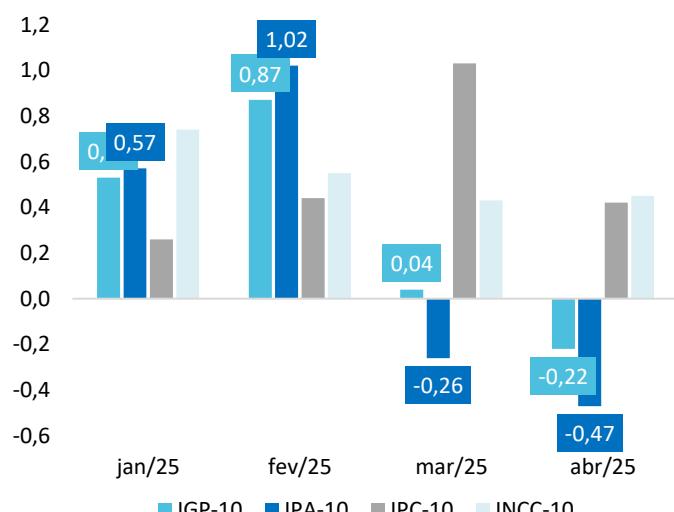
Fonte: FGV e BCB

Quadro 2: Monitor do PIB – Consumo das famílias - Var.% Trimestral Móvel



Fonte: FGV

Quadro 3: IGP-10 e Aberturas – Var.% Mensal



Fonte: FGV

O governo federal divulgou na última semana o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, que fixa a meta de resultado primário fiscal em +0,25% do PIB (com limite de tolerância de 0,25 pp para mais ou para menos). Assim, a equipe econômica do governo confirma a expectativa de voltar a ter metas de superávits a partir do próximo ano. Além disso, também confirmou as metas previstas para 2027 e 2028 (+0,5% e +1,0% do PIB, nessa ordem), e, como novidade, trouxe a previsão da meta de 2029, fixada em +1,25% do PIB, indicando a busca por um superávit crescente no período.

Para 2026, o PLDO prevê um superávit primário de R\$ 38,2 bi, excluindo os gastos de R\$ 55 bi previstos com precatórios, que estão fora da meta. Desta forma, considerando todas as despesas, mesmo com uma meta de superávit, o governo ainda registraria déficit de R\$ 16,8 bi (-0,12% do PIB) no próximo ano.

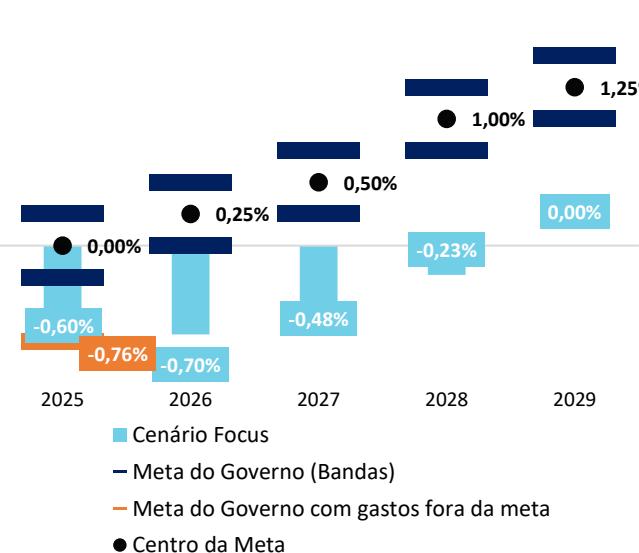
O projeto de lei também trouxe um cenário atualizado para a projeção da dívida bruta do governo central. Para este ano, a expectativa é que a dívida chegue a 78,5% do PIB (ante 76,5% em 2024), subindo gradualmente até atingir 84,2% do PIB em 2028. A partir de 2029, a dívida passaria a cair.

Outro ponto que chamou a atenção foi a previsão para a trajetória das despesas discricionárias ao longo dos anos. Segundo o documento, tais despesas passariam de R\$ 221,2 bi em 2025 para apenas R\$ 8,9 bi em 2029, comprimidas pelo aumento das despesas obrigatórias, como Previdência Social e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Neste contexto, o governo praticamente paralisaria, sem ter recursos para gastos com saúde e educação, por exemplo.

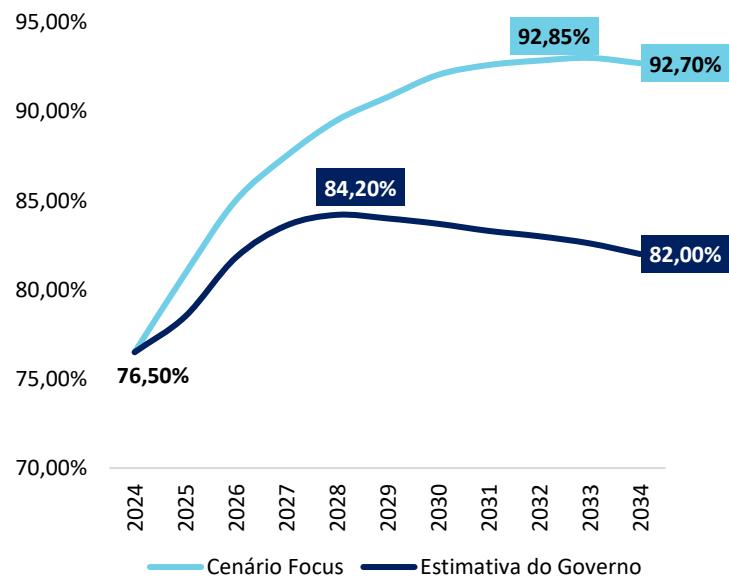
No geral, as projeções oficiais trazem um viés otimista (quanto aos resultados que serão obtidos), além de mostrar a insustentabilidade do crescimento atual de algumas despesas. Como exemplo, para 2026, o mercado projeta atualmente um déficit primário de 0,7% do PIB, ou seja, bem pior do que a expectativa de um resultado negativo de 0,12% do PIB (já considerando as despesas fora da meta), o que equivale a uma diferença de cerca de R\$ 80 bi. Além disso, as expectativas apontam que o governo deve zerar seu déficit apenas em 2029 (cf. Quadro 4) e não em 2027. Em relação à trajetória esperada para a dívida, enquanto o governo espera um pico de 84,2% do PIB em 2028, o mercado estima que a dívida deve seguir em alta até 2032, quando chegaria a 92,85% do PIB.

Portanto, as metas definidas parecem ser desafiadoras, além de indicar a falta de sustentabilidade do atual regime, comprimindo despesas importantes. Desta forma, serão necessárias medidas do lado das receitas, mas principalmente das despesas, para que sejam atingidas, além de corrigir tal dinâmica.

Quadro 4: Meta de Resultado Primário (com bandas) e Projeção de Mercado (Focus)



Quadro 5: Projeção da Trajetória da Dívida Bruta (% PIB) – Governo vs Mercado (Focus)



Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Mercados voltam a cair com Fed e novos desdobramentos da guerra comercial

Os mercados internacionais voltaram a apresentar perdas na última semana, reagindo à guerra comercial travada por Donald Trump, às novas restrições ao comércio com a China e à indicação de que o Fed não pretende intervir nos mercados para conter a onda de pessimismo. Pelo contrário, Powell indicou não haver pressa para reduzir os juros, afirmando que a política monetária está bem posicionada dado o atual nível de incertezas, além de reforçar sua preocupação com a inflação. Como consequência, Trump aumentou suas críticas a Powell, ameaçando-o de demissão. No front do comércio internacional, os EUA anunciaram novas restrições às exportações de chips para a China. Por outro lado, há indicações de avanço nas negociações com o Japão.

Quanto aos dados, o PIB da China cresceu 5,4% no 1T25 (ante o 1T24), acima do esperado (+5,2%) e no mesmo ritmo observado no trimestre passado. O número sugere que o país conseguiu manter um bom ritmo de crescimento em meio aos esforços do governo para lidar com a demanda interna enfraquecida, uma vez que a meta de crescimento deste ano segue em 5,0%. Também foram divulgados os indicadores de atividade de março, que mostraram alta acima do esperado. Destaque para a indústria, que subiu 7,7% (expectativa +5,9%), com destaque para o segmento de alta tecnologia. Uma possível explicação seria a antecipação da produção e exportações, com os compradores evitando o efeito das tarifas a partir de abril.

Quanto à atividade econômica nos EUA, as vendas no varejo vieram em linha com as expectativas e subiram 1,4% no mês de março, após alta de 0,2% em fev/25. O resultado foi puxado, especialmente, por automóveis e autopartes (+5,3%), sugerindo também que os consumidores adiantaram suas compras ante da imposição das tarifas de importação no segmento. Já a produção industrial recuou 0,3%, abaixo do esperado, com forte queda no setor de *utilities* (-5,8%).

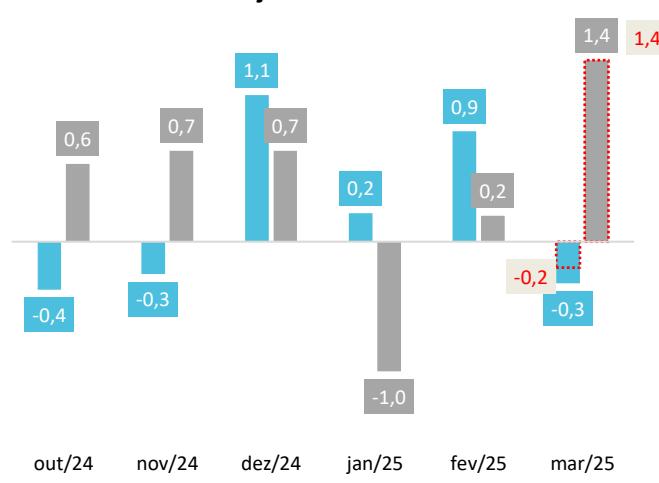
Na Zona do Euro, o BCE reduziu as taxas de juros básicas em 0,25 pp em decisão unânime. A taxa de refinanciamento atingiu 2,40% aa, menor patamar desde dez/22. O comunicado enfatizou a elevação das incertezas em função da guerra comercial, mas reforçou que a inflação está retornando para a meta de 2,0% aa e que as próximas decisões dependerão da evolução dos dados. Christine Lagarde indicou que, apesar de terem discutido sobre um corte de 0,50 pp, nenhum membro optou por este caminho. Neste sentido, a leitura final do CPI de março desacelerou para 2,2% em 12 meses (ante +2,3%), com o núcleo atingindo 2,4%, menor valor desde jan/22.

Quadro 6: China – PIB
Var. % a/a



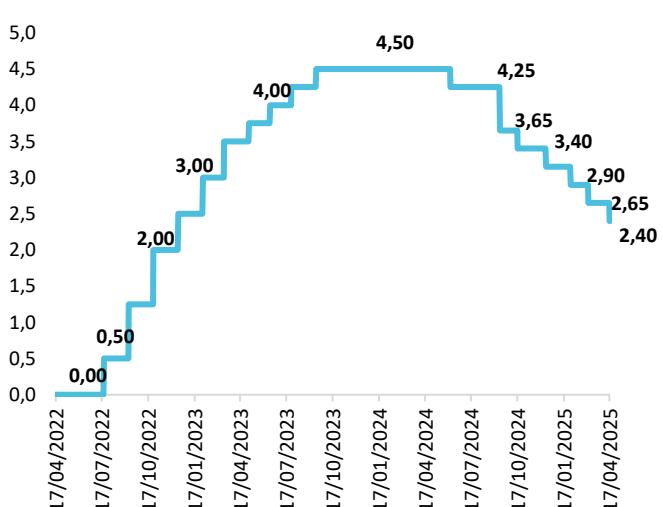
Fonte: Bloomberg.

Quadro 7: EUA – Produção Industrial e Vendas no varejo – Var. % m/m



Fonte: Bloomberg.

Quadro 8: Zona do Euro – Taxa de Refinanciamento – Em % aa



Fonte: Bloomberg.

Boletim do Mercado de Capitais da Anbima

CRÉDITO / BANCOS

A Anbima divulgou o boletim do mercado de capitais de março, que registrou captações no valor de R\$ 62,1 bilhões no mês. Em termos reais, o valor foi maior do que o observado nos dois primeiros meses do ano (R\$ 45,1 bi em jan/25 e R\$ 46,1 bi em fev/25), mas apontou queda de 16,0% ante o mesmo mês do ano passado. Assim, os dados indicam que o mercado de capitais segue aquecido, embora comece a dar sinais de alguma moderação (em fevereiro, as captações haviam caído 3,8% nesta métrica).

As emissões de debêntures seguem elevadas, totalizando R\$ 44,4 bi no mês, equivalente a 71,5% do volume total. O valor corresponde a uma leve alta de 1,9% ante o volume captado em mar/24, renovando o nível recorde de emissões através do instrumento para meses de março. Já as captações através dos demais instrumentos de renda fixa totalizaram R\$ 13,3 bi, representando 21,4% do total, mas neste caso, com queda expressiva de 42,1% ante março de 2024, com recuos disseminados entre os principais instrumentos: CRAs (-76,8%), FIDCs (-44,0%) e CRIs (-3,7%).

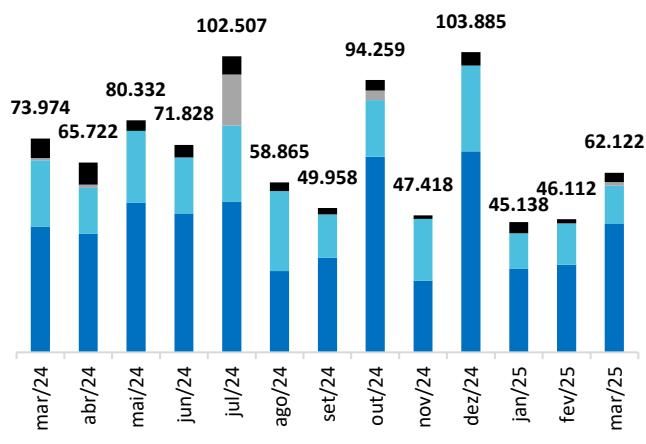
Desta forma, em conjunto, os instrumentos de renda fixa representaram 92,9% do total captado em março, se mantendo em patamar historicamente bastante elevado, principalmente quando comparado com momentos de juros mais baixos no país, como no fim de 2020 e começo de 2021 (Selic chegou a ficar em 2% aa), quando houve relativa divisão (50%) entre as captações via instrumentos de renda fixa e demais (renda variável e híbridos), conforme Quadro 10.

Neste contexto, as captações via instrumentos de renda variável (*equity*) seguem raras. Porém, o mês de março interrompeu a sequência de quatro meses zerados neste tipo de captação, em função da operação de *follow-on* da Caixa Seguridade (R\$ 1,2 bi). Já os IPOs, seguem zerados desde jan/22.

No acumulado do ano, as emissões totalizaram R\$ 153,4 bi, alta de 6,9% ante o 1T24, liderado pelas emissões de debêntures (+36,3%) mais do que compensando as quedas dos demais instrumentos.

O mercado de capitais (especialmente através das debêntures) deve continuar sendo uma fonte importante de recursos para as empresas em 2025. Porém, deve haver alguma moderação nas captações ao longo do ano, diante do cenário atual marcado por inflação e juros elevados, atividade econômica em desaceleração e alto nível de incerteza global. As emissões de *equity* devem permanecer virtualmente paralisadas, com algumas exceções.

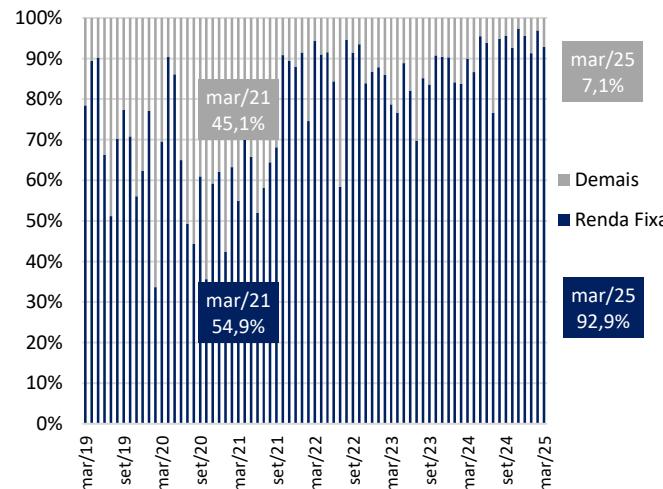
Quadro 9: Captação no Mercado de Capitais por instrumento - R\$ mi – Preços de mar/25 (IPCA)



■ Debêntures ■ Outros RF ■ Renda Variável ■ Instrumentos Híbridos

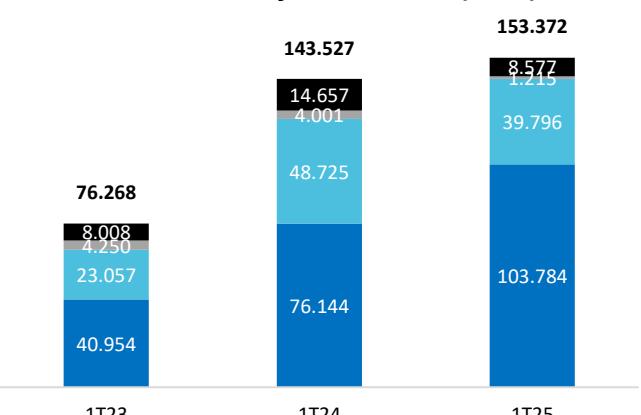
Fonte: Anbima. Elaboração: Febraban.

Quadro 10: Captação via Instrumentos de Renda Fixa vs Demais – Em % do total



Fonte: Anbima e BCB. Elaboração: Febraban.

Quadro 11: Volume de captação no 1º trimestre R\$ mi – Preços de mar/25 (IPCA)



■ Debêntures ■ Outros Renda Fixa ■ Renda Variável ■ Instrumentos Híbridos

Fonte: Anbima. Elaboração: Febraban.

Resultado Financeiro dos Bancos Norte-Americanos – 1º tri/25

CRÉDITO / BANCOS

Nas duas últimas semanas, os principais bancos dos EUA divulgaram seus resultados referentes ao 1º trimestre de 2025. As divulgações mostraram que os lucros das instituições seguiram resilientes e em elevado nível mesmo diante de um cenário de crescente incerteza e dos sinais de desaceleração econômica no país neste início de ano. Neste contexto, os bancos têm conseguido manter em bom patamar as receitas líquidas de juros (*net interest income – NII*), apesar do aparente viés de queda, decorrente da redução dos juros pelo Fed, além de uma relativa estabilidade das despesas com PDD. Contudo, o fator mais relevante do trimestre foi o aumento das receitas com negociação de ações, impulsionadas pela alta volatilidade do mercado no período, que ajudou a elevar a lucratividade no 1T25.

Quadro 12: Indicadores Financeiros dos Principais Bancos dos EUA no 1º tri/25

Indicadores	JP Morgan	Citi	Wells Fargo	BofA	Goldman Sachs
Lucro Líquido US\$ bi	14,6	4,1	4,9	7,4	4,7
Lucro por Ação Divulgado / Ajustado* (expectativa)	5,07 / 4,91* (4,61)	1,96 (1,85)	1,39 / 1,33* (1,24)	0,90 (0,82)	14,12 (12,35)
ROE anualizado (trimestre)	18,0%	8,0%	11,5%	10,4%	16,9%
Receita US\$ bi	46,0	21,6	20,1	27,4	15,1
Despesas com PDD US\$ bi (- = liberação de PDD)	3,3	2,7	0,9	1,5	0,3
Carteira de Crédito US\$ bi	1.355,7	702,1	913,8	1.110,6	210 mi

JP MORGAN: O maior banco dos EUA registrou lucro líquido de US\$ 14,6 bi, equivalente a um lucro de US\$ 5,07 por ação (ou US\$ 4,91 sem contabilizar o resultado não recorrente decorrente dos ganhos com a aquisição do banco regional *First Republic*). O resultado superou as expectativas dos analistas (US\$ 4,61 por ação) e apontou um crescimento ante o trimestre anterior (+4,6%), como em relação ao 1T24 (+9,1%). O ROE anualizado do banco foi de 18,0% no 1T25 (+1,0 pp ante o 4T24 e o 1T24).

Na comparação com o 1º trimestre de 2024, as receitas subiram 8,1%, com destaque para a unidade do banco de investimento (+11,8%), que contou com alta de 47,5% das receitas com negociações de ações, se beneficiando da volatilidade do mercado no 1º trimestre. Tal resultado fez com que as receitas do banco de investimento superassem a unidade do varejo (43% contra 40% do total). Outro fator positivo veio da área de gestão de patrimônio (+12,2%), devido aos maiores volumes sob gestão. Já no caso do varejo, as receitas subiram apenas 3,7%, limitadas pela relativa estabilidade (+0,8%) das receitas líquidas de juros (*net interest income – NII*), que contou com taxas de empréstimos menores, levando à queda tanto das receitas (-1,2%) como das despesas com juros (-3,2%). Já as despesas operacionais atingiram US\$ 23,6 bi, com alta de 3,7%, se estabilizando desde a aquisição do *First Republic* no 2T23.

No âmbito do crédito, o ponto de atenção é o cenário incerto que vai se desenhando para 2025, que levou o banco a elevar as despesas com PDD em 25,6% no trimestre e 75,4% ante o 1T24. A PDD totalizou US\$ 3,3 bi no trimestre, composta por baixas líquidas US\$ 2,3 bi, especialmente em cartão de crédito, além da construção de R\$ 1,0 bi de reservas para perdas futuras. No caso de cartão de crédito, os atrasos acima de 30 dias voltaram a subir, atingindo 2,21% da carteira (ante 2,17% no 4T24), retornando ao patamar do 1T24 (2,23%). A carteira de crédito do JP, a maior dentre os bancos norte-americanos, subiu 3,5% em 12 meses, atingindo US\$ 1.356 tri.

CITI: registrou um lucro líquido de US\$ 4,1 bi no 1T25, equivalente a US\$ 1,96 por ação e acima do esperado (US\$ 1,85). O resultado representa uma alta expressiva na comparação com o trimestre anterior (+42,3%) e ante o mesmo período de 2024 (+20,6%). Este foi o melhor resultado da instituição desde o início de sua reestruturação, marcada pelo prejuízo de US\$ 1,8 bi no 4T23. O ROE anualizado ficou em 8,0% no trimestre, subindo 2,6 pp ante o 4T24, mas se mantendo abaixo de seus pares e da projeção feita para 2025, que prevê uma rentabilidade entre 10% e 11%.

Resultado Financeiro dos Bancos Norte-Americanos – 1º tri/25

As receitas atingiram US\$ 21,6 bi no trimestre, em linha com o esperado (US\$ 21,3 bi) e com alta de 2,8% ante o 1T24. O desempenho positivo foi disseminado entre as áreas de negócios, com destaque para o banco de investimento (+12,4%) e mercados globais (+11,7%), com alta das receitas com negociação de ações (+23,0%) e renda fixa (+8,4%). As despesas com PDD subiram 15,1% em 12 meses, em função da elevação da provisão para perdas futuras e de perdas realizadas em cartão de crédito no segmento do varejo. Já as despesas operacionais seguiram em queda (-5,4%) desde sua reestruturação. A carteira de crédito atingiu US\$ 702,1 bi, (+4,1% em 12 meses).

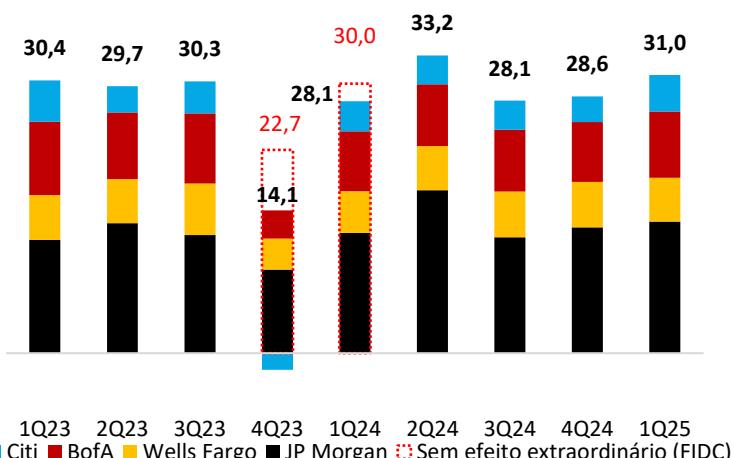
BOFA: registrou lucro líquido de US\$ 7,4 bi no trimestre (US\$ 0,90 por ação), acima do esperado (US\$ 0,82). O resultado representa altas de 11,0% no trimestre e de 10,8% em 12 meses. O ROE anualizado atingiu 10,4%, com alta de 1,0 pp nos dois comparativos. O bom resultado foi reflexo do crescimento da receita (+6,0% ante o 1T24). Diferentemente dos seus pares, parte do aumento da receita do BofA decorreu do aumento da sua margem líquida de juros (NII) (+2,8%), devido à queda nas despesas com juros, com controle dos custos de captação e reprecificação de ativos pós-fixados, segundo sua divulgação. De qualquer forma, o banco também teve contribuição relevante da área de mercados globais (+11,9%), com receitas recorde da área de negociações de ações (US\$ 2,2 bi). Do lado das despesas, a PDD atingiu US\$ 1,5 bi no trimestre, alta de 12,2% em 12 meses, em função da construção de reservas para o segmento do varejo, diante do cenário incerto. A carteira de crédito se expandiu 5,9% em 12 meses, atingindo US\$ 1,111 trilhões.

WELLS FARGO: registrou um lucro líquido de US\$ 4,9 bi no 1T25, queda de 3,6% ante o 4T24 e alta de 6,0% em 12 meses. O lucro por ação foi de US\$ 1,39 (ou US\$ 1,33, conceito ajustado), ambos acima do esperado (US\$ 1,29). O ajuste se refere a eventos não recorrentes, como ganhos fiscais, venda da unidade de serviços de hipotecas comerciais e perda de títulos de dívida. O ROE anualizado ficou em 11,5%, queda de 0,2 pp no tri e alta de 1,0 pp ante o 1T24. Apesar de ter ficado acima do esperado, o resultado não foi bem recebido pelo mercado, em função da queda da receita total no trimestre (-1,1%) e em 12 meses (-3,4%), em função do recuo da margem líquida de juros (-6,0%), métrica relevante para o banco, dado que é focado no varejo (44% das receitas). Segundo a instituição, reflexo do menor volume de crédito, taxas de juros mais baixas e um *mix* de depósitos mais caros. Assim, a unidade de varejo reportou queda de 2,0% das receitas, enquanto o banco de investimento ficou com as receitas praticamente estáveis (+1,6%), impactado pelas incertezas do ambiente econômico nos EUA, mas sem se beneficiar da volatilidade dos mercados. As despesas com PDD caíram 14,6% no trimestre, viabilizadas pelo menor volume de crédito imobiliário comercial em seu balanço, parcialmente compensada por maior provisão dos empréstimos às empresas. A carteira de crédito atingiu US\$ 913,8 bi, queda de 1,0% em 12 meses.

GOLDMAN SACHS: reportou um lucro líquido de US\$ 4,7 bi, ou US\$ 14,12 por ação, acima do esperado (US\$ 12,35). O resultado corresponde a altas de 15,3% e 14,7% ante o 4T24 e 1T24, nesta ordem. Com isso, o ROE do GS atingiu 16,9%, subindo 2,1 pp no ano. A receita total foi de US\$ 15,1 bi no período, superando o esperado (US\$ 14,8 bi), em função do bom desempenho do segmento de negociação de ações (+26,6%). Tal fator mais do que compensou o fraco desempenho do banco de investimento (-8,0%), em meio às incertezas que rondam as empresas e acabam por adiar decisões de IPOs e M&As, por exemplo.

Em conjunto, os 4 maiores bancos de varejo dos EUA registraram um lucro líquido de US\$ 31,0 bi no 1º trimestre de 2025, alta de 8,4% no tri e de 10,4% em 12 meses. Assim, as instituições mostraram uma boa resiliência no período, apesar do aumento das incertezas no cenário econômico, devido à “guerra tarifária” de Trump. Os balanços seguiram trazendo bons números, mas com alguns pontos de atenção a serem observados, como: i) o viés de baixa da margem líquida de juros, embora ainda em bom patamar; ii) e, quanto à dinâmica da PDD, que pode ser bastante impactada num cenário de desaceleração econômica mais intensa em 2025.

Quadro 13: Lucro líquido consolidado dos 4 maiores bancos de varejo dos EUA - Em US\$ bi





MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2025				2026			
	17/04/25	11/04/25	21/03/25	Viés	17/04/25	11/04/25	21/03/25	Viés
IPCA (%)	5,57	5,65	5,65	▼	4,50	4,50	4,50	↔
PIB (% de crescimento)	2,00	1,98	1,98	▲	1,70	1,61	1,60	▲
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	15,00	15,00	15,00	↔	12,50	12,50	12,50	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,90	5,90	5,95	↔	5,96	5,97	6,00	▼

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	17/04/25	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,81	-1,02%	1,78%	-5,99%	10,78%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	197,55	-0,80%	5,90%	-8,11%	21,12%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,37	0,41%	1,51%	16,66%	36,31%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	14,65	-0,40%	-2,86%	-4,89%	39,54%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	14,21	-1,69%	-4,04%	-8,87%	23,39%
Índice Ibovespa (em pontos)	129.650,03	1,54%	-0,47%	7,79%	4,41%
IFNC (setor financeiro)	14.036,67	1,63%	1,30%	18,66%	11,60%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	4,50	0,00%	0,00%	0,00%	-18,18%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	3,80	-4,08%	-2,19%	-10,46%	-22,99%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,32	-3,67%	2,84%	-4,58%	-5,72%
Dollar Index	99,38	-0,73%	-4,64%	-8,10%	-6,21%
Índice S&P 500 (em pontos)	5.282,70	-1,50%	-5,87%	-10,57%	5,19%
Índice de ações de bancos – EUA	102,70	4,85%	-8,82%	-14,49%	10,05%
Índice Euro Stoxx 50	4.935,34	3,09%	-5,96%	1,36%	0,43%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	176,52	5,99%	-5,22%	21,44%	29,06%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	67,96	4,94%	-9,07%	-8,64%	-22,14%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
Jayme Alves
Luiz Fernando Castelli
Daniel Casula
João Vítor Siqueira